



Diversidade, identidade de gênero e religião: algumas reflexões

Rita de Lourdes de Lima*

Resumo: Na conjuntura atual, de acirramento da intolerância por parte de alguns grupos religiosos, frente à questão da liberdade de orientação e expressão sexual, acirram-se as disputas político-ideológicas e as posturas fundamentalistas. O objetivo deste artigo é, frente a tal conjuntura, discutir a necessidade do respeito à diversidade e à diferença, na defesa de um Estado laico. Para isso, partimos da compreensão dos conceitos básicos que envolvem essa discussão, a saber: identidade, gênero e diversidade sexual. Após uma breve discussão desses conceitos, apresentamos os principais argumentos religiosos em defesa da heteronormatividade e tentaremos desconstruí-los com base no próprio discurso religioso. Por fim, resgataremos um pouco da construção do Estado moderno laico, apresentando-o como uma conquista dos seres humanos, que trilham seus caminhos, buscando uma sociedade verdadeiramente emancipada que, portanto, valoriza os seres humanos em sua diversidade e suas riquezas cultural e espiritual.

Palavras-chave: Diversidade; identidade; gênero; religião; liberdade.

Abstract: In the current moment, of the intolerance intensification by religious groups in front of the issue of the freedom of orientation and sexual expression, intensifies the disputes ideological political and the fundamentalist postures. The goal of this article, in front of this moment, is to present the need of the respect the diversity and difference, in defense of a laic State. For that, we present the basic concepts that involve this issue: identity, gender, sexual diversity. After that, we show the main religious arguments in defense of the heteronormativity and we will try to deconstruct them with the own religious discourse. Finally, we rescued the construction of the laic modern State, showing it like a conquest of the human beings, that walk, looking for one truly emancipated society, therefore, that values the human beings, in it diversity and wealth cultural and spiritual.

Keywords: Diversity; identity; gender; religion; freedom.

Introdução

A humanidade, ao longo de sua história, percorreu um processo de desenvolvimento histórico, político e cultural. Nesse processo de desenvolvimento, também emergiram e se desenvolveram a riqueza e a diversidade da cultura humana, com suas distintas especificidades.

.....
* Assistente Social, pós-doutora em Serviço Social (UFRJ) e professora adjunta do Departamento de Serviço Social da UFRN. E-mail: rita.pires2@gmail.com

Nele, os homens e as mulheres, em suas lutas e vivências cotidianas, foram aprendendo, ao relacionarem-se entre si, a necessidade do respeito às diferenças e a importância de resguardarem tais diferenças, pois isso significa riqueza para o mundo humano. Desse modo, nas lutas dos grupos socialmente oprimidos (mulheres, gays, lésbicas, negros, negras etc.), gesta-se a discussão que chega às ciências, questionando o *status quo*. Assim, a ciência foi-se abrindo a novas perspectivas e a posturas crítico-reflexivas que colocaram na ordem do dia o direito de ser diferente¹. Tais posições chegaram ao Brasil e se objetivam nas diversas discussões e nos grupos de pesquisa sobre direitos das mulheres, dos grupos LGBT², negros/as etc.

Frente a isso, grupos conservadores, ligados a diferentes denominações religiosas, organizaram-se, visando defender a heteronormatividade³ e a colocar os homossexuais, segundo tal concepção, “no seu devido lugar”: pecadores, transgressores, “anormais”; portanto, sem direito algum.

Este artigo visa desconstruir algumas noções arraigadas nesse discurso conservador religioso e a mostrar a necessidade de se defender como fundamentais a riqueza do gênero humano e sua diversidade. Essa noção inclui a diversidade de gênero sexual, incluindo-se a de orientação/expressão sexual e a religiosa. Enfim, toda a diversidade possível ao ser humano.

Para isso, apresenta uma discussão introdutória acerca dos conceitos de identidade, gênero e diversidade sexual. Em seguida, apresenta os principais argumentos religiosos em defesa da heteronormatividade, para buscar desconstruí-los a seguir, com base no próprio discurso religioso. Por fim, resgata o processo de construção, na sociedade ocidental, do discurso de defesa do Estado laico moderno, alicerçado sobre os princípios da liberdade e da tolerância religiosa, mostrando a atualidade e a pertinência de tais valores no mundo atual.

1. A discussão conceitual de identidade, gênero e diversidade sexual

O conceito de identidade nos parece como um dos conceitos mais difíceis de explicar e entender. Talvez porque em um primeiro momento ele nos pareça óbvio, pois todos nós, ao longo da vida, vamos construindo nossa identidade. Contudo, o fato de algo parecer óbvio não significa que de fato o seja.

A primeira dificuldade com que nos deparamos ao lidarmos com esse conceito é sua aparente contradição. Ora, o conceito remete ao que é idêntico, como a própria raiz da palavra sugere: diz-se dos seres ou objetos semelhantes entre si e distintos do resto. Assim, a construção da identidade passa pelo processo de identificação/semelhança em relação ao outro. Mas, ao mesmo tempo, a noção de identidade remete a características de algo único e, portanto, que se distingue e se diferencia dos outros.

Assim, o processo de construção da identidade se dá sobre o constante paradoxo entre o processo de ser igual a outro semelhante a si mesmo e, ao mesmo tem-

¹ Muito embora também a ciência seja um espaço contraditório, no qual também se reproduzem formas discursivas conservadoras e supressoras do direito à diferença.

² Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

³ Entendemos por heteronormatividade a “regra” social que estabelece o padrão heterossexual como “normal” e “desejável” para todos os indivíduos.

po, no estabelecimento da diferença com o outro, não semelhante a si. Assim, a identidade é ser de uma só vez semelhante e diferente, único e parecido com os outros (LIPIANSKI, 1992).

Só esse processo já encerra em si elaborações complexas, nas quais se entrelaçam elementos psico-subjetivos e sócio-objetivos:

Em termos de psicologia, a formação da identidade traz em jogo um processo de reflexão e de observação simultâneas, processos ativos a todos os níveis de funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga ele mesmo à luz do que deve ser a cultura, onde os outros o julgam por comparação com eles mesmos e por intermédio de uma tipologia, a seus olhos significativa, ao mesmo tempo, ele julga a maneira de o julgar, à luz de sua maneira pessoal de se perceber ele mesmo, por comparação com eles e com outros tipos que, a seus olhos, tem prestígio. Felizmente e, necessariamente, o processo é mantido em sua maior parte inconsciente [...] (LIPIANSKI, 1992, p. 10, tradução nossa).

Contudo, há ainda outro elemento complicador no processo de construção da identidade: este remete ao sentimento de uma continuidade temporal que sugere certa permanência. Ou seja, tendemos a perceber a noção de identidade sublinhando os elementos mais estáveis, mais integrados e mais constantes da consciência de si. Ao mesmo tempo, mudamos ao longo da vida e em suas diferentes fases. Rompemos com valores, adotamos outros e nos reconstruímos constantemente.

O indivíduo nasce e já encontra um processo de identificação construído no imaginário de seus pais pelo nome e na estrutura simbólica social e cultural em que nasce. Ele se apropriará desses elementos com revolta e/ou conformação, os interiorizará e/ou os rejeitará. Inicialmente, este meio social é o grupo familiar e seus amigos mais íntimos. Com o crescimento do indivíduo, este meio se alarga com a escola, a televisão, a internet, os livros etc. (LIPIANSKI, 1992).

É um período no qual se acumula e se hierarquiza progressivamente uma variedade de valores, alargando o sentido de identidade e repercutindo também sobre a aceitação de si: o indivíduo, inconscientemente, percebe-se e avalia-se constantemente em termos de capacidade e de atitudes, de qualidades e defeitos, de gostos e interesses, de imagens sociais etc.

Outro elemento que se soma a esse processo de construção identitária é a percepção corporal. Desde nosso nascimento, interagimos e nos relacionamos com os outros por meio do nosso corpo. Assim, “o corpo é a base e o suporte privilegiado do sentimento de identidade” (LIPIANSKI, 1992, p. 25, tradução nossa). E, nesse sentido, a forma como nos sentimos em relação ao nosso corpo e como percebemos que os outros nos veem interfere no nosso processo identitário. A identidade corporal se adapta às diferentes fases de nossa vida – infância, juventude, maturidade, velhice – e cada um desses momentos podem interferir no sentimento global de nossa identidade.

Nessa relação de construção identitária, na qual o corpo tem um papel fundamental, a identidade corporal também se refere a uma identidade sexual. Somos

chamados a nos reconhecer, desde pequenos, como meninos ou meninas; e enquanto adultos, como homens ou mulheres. No entanto, a identidade sexual não se refere somente ao sexo anatômico com o qual nascemos. A identidade sexual é construída também a partir da identificação (ou não) com o sexo anatômico com o qual se nasceu e com a identificação (ou não) com o significado social associado a cada sexo. É nesse sentido que os conceitos de identidade, gênero e diversidade sexual se interligam, uma vez que o conceito de gênero remete ao significado social atribuído a cada sexo.

A primeira utilização do termo “gênero” data de 1955, e foi proposto por John Money para descrever o conjunto de condutas atribuídas aos homens e às mulheres. Contudo, a diferença conceitual entre gênero e sexo foi nitidamente definida por Robert Stoller, em 1968. Stoller investigou meninos e meninas que, devido a problemas anatômicos, haviam sido educados/as de acordo com um sexo que, fisiologicamente, não era o seu. Ele observou que esses meninos e essas meninas se empenhavam em manter as formas de comportamento para as quais haviam sido educados/as, mesmo depois de saberem que sofreram uma mutilação acidental ou que seus genitais externos eram mal formados. Assim, este autor definiu “sexo” como o aspecto anatômico e fisiológico da espécie humana e “gênero” como o significado que cada sociedade atribui ao sexo (GOMÁRIZ, 1992). Dessa forma, gênero é:

[...] uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1990, p. 7).

Assim, cada sociedade, ao longo da história, construiu e constrói significados sociais associados aos sexos. No pensamento ocidental judaico-cristão, construiu-se a visão do homem como forte, viril, a quem cabe o espaço da produção e do domínio público. Associou-se à mulher a visão de sexo frágil, doce, a quem cabe o espaço da reprodução e da esfera privada. Tal processo de construção se baseia na dicotomização identitária (ser homem x ser mulher) e deixa fortes traços em nossa formação pessoal:

Podemos pensar que desde o nascimento se inicia o processo no qual a criança vai adquirindo pouco a pouco o sentimento de sua identidade. Ele começa um pouco antes, desde que o futuro bebê começa a existir na imaginação dos pais, no desejo de ter uma filha ou um filho. Ao seu nome ser escolhido, ela já tem uma identidade sexual e simbólica [...] (LIPIANSKY, 1992, p. 24, tradução nossa).

Assim, “nós não podemos pensar em nós mesmos como neutros em relação ao campo dos gêneros: de uma forma ou outra nós sempre pensamos em nós mesmos

como homens ou mulheres [...]” (DUVEEN, 1995, p. 289). Desse modo, como já assinalamos, nem sempre a identidade de gênero corresponde ao sexo com o qual o indivíduo nasceu. Ou seja, nem sempre sua identidade de gênero corresponde à sua identidade sexual. Dito de outra forma, o indivíduo pode nascer com o sexo masculino (identidade sexual) e sentir-se uma mulher (identidade de gênero) ou vice-versa. No caso dos/as travestis, o que há, na maioria dos casos, são indivíduos que nasceram com um determinado sexo, mas se identificam com o significado social associado ao outro sexo. Portanto, sua identidade de gênero não corresponde à sua identidade sexual.

Junto com esses dois conceitos, ainda há outro que, comumente, confunde-se nessa discussão: o de orientação sexual. O fato de um indivíduo se sentir homem ou mulher (sua identidade de gênero) não tem, necessariamente, relação com seu sexo biológico (identidade sexual); nem tampouco com sua orientação sexual (que pode ser heterossexual, homossexual, bissexual). Contudo, no Ocidente, o conceito de gênero está colado ao de sexualidade/reprodução, o que promove uma imensa dificuldade de separar, segundo o senso comum, a problemática da identidade de gênero da de orientação sexual.

A escolha do objeto de desejo sexual se dá a partir da adolescência. E, portanto, não interfere na identidade de gênero do indivíduo, criado segundo a rotulação de macho ou de fêmea, portanto, masculino ou feminino. Assim, um homem que não deseje mulheres e que se sinta atraído por homens não deixa de se sentir homem. E, do mesmo modo, as mulheres que se sentem atraídas sexualmente por mulheres não deixam de se sentirem mulheres, a não ser nos casos de não identificação com o sexo com o qual nasceram, como é o caso dos/as transexuais (GROSSI, s/d).

É importante salientar que a sexualidade – isto é, as práticas eróticas humanas –, como tudo em nossa vida, é também socialmente determinada. Ou seja, muda de acordo com a sociedade e o tempo histórico, apesar de nem todos perceberem isso:

Para a maior parte das pessoas em nossa sociedade, a heterossexualidade, ou seja, a atração erótica de indivíduos de um sexo pelos de outro, é um algo ‘instintivo’ da espécie humana em vistas da sua autoperpetuação pela reprodução. Sexo e reprodução são, portanto, vistos nas sociedades ocidentais como intrinsecamente relacionados entre si, pois se considera a reprodução como envolvendo apenas os dois indivíduos, de sexos diferentes, que se relacionaram sexualmente (GROSSI, s/d, p. 9).

Inicialmente, a ideia de reprodução/sexualidade estava muito presente na vida de homens e mulheres, pois a humanidade só sabia que, por meio da relação sexual heterossexual, geravam-se filhos/as. Com o desenvolvimento da ciência e a descoberta de métodos contraceptivos, começou o processo de dissociação entre reprodução/sexualidade. E hoje, com as descobertas no campo da reprodução humana, inúmeros casais heterossexuais inférteis ou homossexuais e indivíduos isoladamente têm buscado reproduzirem-se por inseminação artificial ou fecundação *in vitro*, desvinculando-se a sexualidade da reprodução (GROSSI, s/d).

É, portanto, da heteronormatividade, como algo natural e instintivo, que decorre a dificuldade de se separar a identidade de gênero, a identidade sexual e a orientação sexual dos indivíduos. Na cultura ocidental, a heterossexualidade como norma compulsória a qual todos/as devem se adequar – e que vê a homossexualidade como perversão – tem suas raízes no imaginário judaico-cristão. Vejamos mais de perto essa discussão.

2. O discurso religioso judaico-ocidental-cristão e a heteronormatividade

O pensamento religioso no Ocidente tem suas raízes na sociedade judaica, que se mescla, a partir do cristianismo, com os valores greco-romanos, formando as bases do imaginário judaico-ocidental-cristão.

Da concepção judaica, aprendemos, desde o nosso nascimento, que temos um Deus-Criador que nos fez homens e mulheres, e que nos cabe procriar.

E criou Deus o homem à sua imagem: à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e Deus lhes disse: Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a [...]. E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era muito bom; [...] (BÍBLIA, 1991 – GÊNESIS, 1: 27-28;31).

Nos primórdios da humanidade, como já assinalamos, a sexualidade e a procriação eram elementos indissociáveis, pois o desenvolvimento humano e o tecnológico ainda não permitiam que a humanidade entendesse e controlasse esse processo.

Na verdade, a sociedade hebraica era eminentemente patriarcal e, conseqüentemente, a imagem de seu Deus e a estrutura de pensamento religioso dominante correspondia à sua organização social.

De vez em quando alguém destoava do grupo e passava a chamar Deus de mãe, de Terra-mãe, de sabedoria infinita, de Mistério da Vida. Mas todos esses nomes e 'jeitos' diferentes de chamar Deus não eram muito frequentes. Isso porque toda a organização política, social e religiosa desse povo repousava sobre os pais-chefes e, portanto, Deus tinha que continuar sendo o Grande Pai para que se pudesse manter a estabilidade social e religiosa do grupo (GEBARA, 1991, p. 35).

Na sociedade grega e na romana, a concepção da masculinidade e da feminilidade não era diferente. A visão dicotômica homem/forte, mulher/frágil; homem/público, mulher/privado chega até nós também a partir dos pensamentos grego e romano.

De uma forma geral, a atividade sexual era vista como natural e necessária nestas duas sociedades. Mas a "medicina" da época aconselhava a moderação, principalmente, nos meses mais quentes, pois não fazia bem ao corpo perder líquidos e secreções nesse período (FOUCAULT, 1998). Apesar dos conselhos, não havia

uma codificação geral da vida matrimonial. Isso só será realizado pelo cristianismo, que dará uma forma universal, um valor imperativo, além do apoio de um sistema institucional às normas defendidas pela Igreja. Há, contudo, uma relação de continuidade e de ruptura entre a moral da antiguidade e a do cristianismo, pois haverá continuidade na forma androcêntrica de organizar a sociedade. Já em relação a práticas sexuais que se afastam dos padrões dominantes, os gregos e romanos eram bem mais tolerantes (FOUCAULT, 1998).

Santo Agostinho e posteriormente São Tomás de Aquino são os que farão a unificação doutrinal desses preceitos, adaptando-os ao cristianismo, e juntando os valores gregos, romanos e judaicos a essa codificação. Nessa codificação, prevalecerá, contudo, muito mais os valores judaicos – que condenavam práticas sexuais que destoassem do padrão dominante heterossexual – do que os valores greco-romanos que eram tolerantes com práticas homossexuais.

Na Grécia antiga, era comum os homens, mesmo os casados, terem relações afetivo-sexuais com homens mais novos, com os quais era possível estabelecer uma relação mais igualitária e de parceria, uma vez que as mulheres destinavam-se somente à procriação⁴. Assim, a sociedade grega resolvia seu problema de necessidade de reprodução, ao mesmo tempo em que possibilitava que os homens se envolvessem afetivo-sexualmente com outros homens.

Na sociedade judaica, entretanto, a homossexualidade era condenada, conforme atesta o escrito vétero-testamentário frequentemente citado nos discursos anti-homossexualidade: “Com homem não te deitarás, como se fosse mulher; é abominação” (BÍBLIA, 1991, – LEVÍTICO 18:22). Adiante, discutiremos o significado dessa passagem. Por enquanto, basta-nos assinalá-la e chamar a atenção para o fato de que na lei judaica havia muitas proibições. E, entre elas, a homossexualidade.

Com o advento do cristianismo, a igreja nascente vai construindo seu caminho a partir das ideias apresentadas por Jesus. Mas tal construção vai ocorrer na interação dialética entre os valores sócio-culturais trazidos por cada discípulo da sociedade da qual fazia parte e as culturas com as quais os discípulos entravam em contato.

Paulo, grande disseminador do cristianismo, antes de sua conversão, era judeu e romano. Desta sua formação, Paulo conseguia rejeitar alguns valores; outros ele os guardava como caros. Entre estes, a rejeição à homossexualidade. Com o predomínio da visão de Paulo na igreja cristã nascente (ORTEGA, 1985; GEBARA, 1991), consolida-se uma visão patriarcal e heteronormativa no cristianismo.

O apóstolo Paulo diz, em I Coríntios 6: 9-10: “Não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganéis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem *sodomitas* (BÍBLIA, 1991, grifo nosso).

Por isso Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza. E, semelhantemente, também os homens, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os

⁴ Em outro texto discutimos o papel das mulheres na sociedade antiga e criticamos tais posições que colocavam as mulheres em situação de inferioridade. Para maior aprofundamento sugerimos Foucault, op. cit.

outros, homens com homens, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a recompensa que convinha ao seu erro (BÍBLIA, 1991, ROMANOS, 1: 26-27).

Tais citações, frequentemente repetidas em discursos cristãos homofóbicos⁵, se lidas de forma literal, levam uma parte dos cristãos a se levantarem contra leis que buscam assegurar direitos aos casais homossexuais. Contudo, há outra forma possível de leitura: uma leitura a partir de uma perspectiva histórico-crítica, que considera quem escreveu, os costumes da época, a língua na qual foi escrita, o texto e o significado atribuídos a determinadas palavras naquele período, bem como as conjunturas histórica e social. Considere-se ainda o trecho do qual se retirou o escrito, pois uma citação retirada do seu contexto pode ser interpretada erroneamente.

Tentemos agora, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, analisar os trechos citados anteriormente. A primeira consideração é acerca do significado da palavra “abominação”, utilizado no livro de Levítico. Abominação, na cultura judaica, refere-se a práticas sacrílegas, detestáveis ou repugnantes para o povo israelita. Mas essas práticas eram abominação apenas para o povo de Israel sob a lei. Desse modo, no livro de Levítico, a palavra abominação é usada em diversas proibições da lei: comer camarão, comer porco, homens apararem a barba, inclusive o cabelo das têmporas, ter relações sexuais com mulheres em período menstrual etc. No entanto, assassinato ou estupro não são chamados de abominação.

Ora, Jonh Boswell⁶, estudioso da cultura hebraica, afirma que a palavra hebraica “toebah”, traduzida como abominação, normalmente não significa algo intrinsecamente mal, como estupro ou roubo, mas algo considerado como ritualmente impuro para os judeus. E se formos nos basear nas proibições das leis judaicas, então, para sermos coerentes, teremos que cumprir todas as proibições judaicas, e não considerarmos algumas mais graves que outras, somente porque estas se referem a práticas sexuais que fogem do padrão dominante.

Chegamos então aos trechos anteriormente citados retirados de cartas de Paulo. Inicialmente, se queremos fazer uma análise histórico-crítica, é necessário precisar a formação de Paulo. Ou seja, é preciso considerar que qualquer ser humano não consegue se libertar totalmente de um conjunto de valores adquiridos ao longo de sua história. Portanto, mesmo Paulo, convertido ao cristianismo, não conseguiu romper totalmente com valores adquiridos na sua formação judaica. Isso fica claro ao observarmos os trechos nos quais ele se refere, por exemplo, às mulheres: “Que a mulher aprenda em silêncio com total submissão. Não permito que a mulher ensine nem se arrogue autoridade sobre o marido, mas permaneça em silêncio. (BÍBLIA, 1991, 1 TIMÓTEO, 2 : 11-14); Mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor.” (BÍBLIA, 1991, EFÉSIOS, 5: 22-24).

⁵ Ao utilizar o termo homofobia estamos nos referindo também a práticas lesbofóbicas e transfóbicas; contudo, para evitar que o texto se torne cansativo, optamos por utilizar somente o termo homofobia para nos referir a preconceito/raiva/ódio contra todos os tipos de práticas afetivo-sexuais não dominantes.

⁶ Informação disponível no site <<http://www.todosdejesus.fr.gd/O-que-e2-g-Abomina%E7%E3o-g-f-.htm>>. Acesso em: 02 de set. 2011.

Assim, mais uma vez, se vamos assumir uma leitura literal da Bíblia, seria necessário assumirmos também como natural e inquestionável a submissão e a obediência das mulheres aos homens, postura não mais aceita pela maioria dos cristãos.

A segunda observação se refere à afirmação de Paulo, feita na carta aos Romanos, de que as mulheres adotaram práticas contra a natureza, argumento frequentemente utilizado também nos discursos homofóbicos. Nesse trecho, a palavra usada por Paulo para “natural” é “*phisin*”; e antinatural é “*paraphisin*”. E em Romanos (11: 24)⁷, Paulo usa esse mesmo termo, antinatural, para se referir a Deus, falando do modo como Deus aceitou os gentios na igreja. Ou seja, segundo Paulo, até mesmo Deus age de modo antinatural. Desse modo, podemos concluir que o significado da palavra antinatural, naquela conjuntura, era apenas “um modo não comum de agir”. Ou seja, fugia aos padrões dominantes de agir. Contudo, não podemos negar que Paulo condenava tal prática. Mas isso se dava muito mais em função de sua formação judaica e da moral predominante da época.

Ainda acerca do argumento de que práticas homossexuais são contra a natureza, como explicar o comportamento homossexual entre animais? Eles, que agem instintivamente, estão agindo contra a natureza? O Museu de História Natural de Oslo, na Noruega, apresentou, em 2006, a primeira exposição dedicada a “animais gays”, que foi chamada de *Against Nature*, exibindo cerca de quinhentas espécies nas quais existem 1500 relatos de comportamento homossexual, de mamíferos e insetos a crustáceos. Nos pássaros australianos Galahs (Roseate Cockatoo), por exemplo, cerca de 44% dos pares são formados por indivíduos do mesmo sexo. (WIKIPÉDIA, s/d).

Por fim, para concluirmos as apresentações de trechos bíblicos utilizados para justificar a homofobia, gostaríamos de lembrar a história de Sodoma e dos seus habitantes, os sodomitas, termo utilizado por Paulo em sua citação na 1ª carta aos Coríntios.

A história de Sodoma é, provavelmente, a mais famosa passagem bíblica do Antigo Testamento citada pelos que condenam a homossexualidade. Ela está no livro do Gênesis, capítulo 19, versículos de 1 a 11. Narra a Bíblia que dois anjos foram enviados para exterminar os habitantes de Sodoma e Gomorra, pois seus habitantes eram pecadores perversos. Ao chegarem a Sodoma, Lot, único justo da cidade, segundo a Bíblia, convida-os a pernoitar em sua casa. Em determinado momento, os outros homens da cidade chegam à casa de Lot e pedem a ele para conhecer os forasteiros. Lot lhes roga que não façam mal aos forasteiros, e oferece as próprias filhas aos homens da cidade, para que não perturbem os forasteiros. Por fim, os anjos retiram Lot e sua família da cidade, e a destrói junto com Gomorra, outra cidade igualmente pecadora.

O que se vê nessa passagem é que, entre todas as pessoas de Sodoma, apenas Lot teve a delicadeza de convidar os visitantes para passar a noite em sua casa. Ora, uma regra básica da sociedade de Lot era oferecer hospitalidade aos viajantes,

⁷ “Porque, se tu foste cortado do natural zambujeiro e, contra a natureza, enxertado na boa oliveira, quanto mais esses, que são naturais, serão enxertados na sua própria oliveira!” (BÍBLIA - ROMANOS 11:24).

e uma vez que um estrangeiro estava sob o teto de alguém, este assumia responsabilidade pela sua segurança e bem-estar. Desse modo, a grande virtude de Lot era a hospitalidade; e o grande pecado de Sodoma era o ódio aos estrangeiros e diferentes deles.

Assim, ao oprimirem, discriminarem e odiarem os homossexuais, muito cristãos se tornam sodomitas, ao fazerem uma leitura literal da Bíblia, uma vez que oprimem o diferente e o estranho, o que foge ao padrão dominante.

Essa opressão é o próprio pecado pelo qual o povo de Sodoma foi culpado. É exatamente este o comportamento que a Bíblia condena repetidas vezes. Portanto, aqueles que oprimem os homossexuais devido ao suposto “pecado de Sodoma” podem ser eles próprios os verdadeiros “sodomitas” tal como a Bíblia os entende (HELMINIÁK, 1998).

Um dos problemas da abordagem literal é a utilização seletiva da Bíblia. Isto é, essa abordagem seletiva tende a enfatizar um texto e relegar outro. Os pregadores condenam as lésbicas e os gays porque a Bíblia menciona de passagem atos sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Ora, já que nossa sociedade tem seus valores baseados na concepção ocidental judaico-cristã, por que não utilizamos os aspectos desta formação, que remetem ao respeito à dignidade de todo ser humano?

Dos gregos e romanos, podemos aprender os princípios ligados à democracia, em seu sentido mais profundo, como participação social, política e econômica de todos; e as conquistas da sociedade ocidental, no que diz respeito à laicidade do Estado moderno, que assegura o direito a todos de exercer sua religiosidade no âmbito privado, sem que tal religiosidade use o aparelho do Estado para adquirir privilégios e oprimir outros grupos religiosos.

Dos judeus e cristãos, podemos aprender que o amor não faz acepção de pessoas: “Porque, para com Deus, não há acepção de pessoas” (BÍBLIA, 1991- ROMANOS 2:11); e que o que importa é nosso coração: “porque o Senhor não vê como vê o homem, pois o homem vê o que está diante dos olhos, porém o Senhor olha para o coração” (BÍBLIA, 1991- 1 SAMUEL 16:7). Assim, entendemos que poderíamos tentar abandonar nossos preconceitos com os diferentes e nos esforçarmos mais para realizar a máxima do evangelho cristão: “amar o próximo como a nós mesmos”.

Há um interessante diálogo sobre a tolerância e o respeito a todas as crenças religiosas, relatado por Leonardo Boff, ao participar de uma mesa redonda sobre religião e paz entre os povos. Boff relata que indagou ao Dalai Lama qual era a melhor religião, ao que o Dalai respondeu: “A melhor religião é a que mais te aproxima de Deus. É aquela que te faz melhor.” Boff tornou a perguntar: “O que me faz melhor?” Ao que o Dalai respondeu: “Aquilo que te faz mais compassivo, aquilo que te faz mais sensível, mais desapegado, mais amoroso, mais humanitário, mais responsável... a religião que conseguir fazer isso de ti é a melhor religião...” (FONSECA, 2011, s/d).

Diante dessa frase, só nos resta refletir se nossas religiões estão cumprindo o seu papel de incentivar o amor e a compreensão entre os homens, e se estão fazendo ter sentido o significado etimológico da palavra religião: *re-ligare* – ligar os homens entre si e com o sagrado.

3. O Estado laico como conquista da modernidade

Na conjuntura atual, na qual se acirram os discursos mais conservadores e são retomados argumentos já superados⁸, parece-nos importante refletir sobre as conquistas alcançadas pelos seres humanos na sociedade moderna, bem como refletir sobre seus limites, a fim de avaliarmos também quais valores e princípios somos chamados a defender.

Um dos avanços da sociedade humana, conquistados na sociedade moderna, é o Estado laico. A construção do Estado laico na modernidade⁹ dá-se a partir de um processo progressivo de rompimento com a explicação teológica do mundo, predominante na Idade Média¹⁰, e da sua substituição pela explicação científica dos fenômenos.

Tal processo tem suas primeiras manifestações no Renascimento e consolida-se no século XIX. O mundo ocidental e o universo, que eram explicados a partir de Deus e da Bíblia, passam, pouco a pouco, a serem explicados a partir de métodos racionais – experimentações, observações, teorias e demonstrações científicas. Esse processo foi chamado por Mircea Eliade (1956) de “dessacralização do mundo” – o homem se torna o senhor da explicação, e substitui Deus e o sagrado por explicações científicas; e, por Weber (1983), de “desencantamento do mundo” – as explicações racionais substituem as explicações mágicas¹¹.

Esse conjunto de transformações se adensa com o nascimento da sociedade burguesa capitalista, cujos princípios fundamentais se expressam na doutrina liberal e na constituição do Estado moderno laico. O Estado moderno laico nasceu do receio das classes revolucionárias de então, que temiam o retorno a um estado de coisas que predominou na Idade Média e ao qual não desejavam retornar. Entre outras coisas, receavam a volta do Estado absolutista – a partir das experiências vivenciadas com reis de poderes absolutos – e o retorno do poder clerical acima dos demais poderes.

Desse modo, o Estado moderno, tal qual o conhecemos hoje, é um produto histórico de duros aprendizados, aos quais se somam propostas de pensadores – particularmente Montesquieu, Hobbes, Locke e Rousseau¹². Estes refletiram sobre tais experiências e apresentaram propostas que se expandiram rapidamente por todo o mundo ocidental, incorporando-se nas legislações dos diferentes países e, ao mesmo tempo, adquirindo particularidades, em função das diferentes formações sócio-históricas dos países.

De cada pensador, temos contribuições específicas: de Montesquieu, temos a separação entre os três poderes, em *O Espírito das Leis*; de Hobbes, *O Leviatã*; e

⁸ Numa rápida revisão histórica em diferentes momentos na sociedade brasileira, encontramos, nas posições conservadoras, o argumento de defesa da família e das catástrofes que lhe aconteceriam caso as mudanças ocorressem. Entre elas, está a criação de creches, o direito das mulheres ao voto, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Ver a esse respeito: Toscano; Goldenberg, 1992 e Del Priore, 1989.

⁹ Período histórico que começou na Europa Ocidental no século XVII, com uma série de transformações sócio-estruturais e intelectuais profundas e atingiu a maturidade, primeiramente como projeto cultural, com o avanço do Iluminismo; e depois, como forma de vida socialmente consumada, com o desenvolvimento da sociedade industrial capitalista, e depois, a comunista (BAUMAN, 1999).

¹⁰ Período histórico da sociedade ocidental que começou com a queda do império romano do ocidente, em 476 d.C, e se estendeu até o século XVI e cuja característica principal foi o domínio espiritual e temporal da Igreja Católica sobre todos os campos da vida social.

¹¹ A este respeito conferir, entre outros: Eliade (1956), Berman (1986) e Weber (1983).

¹² Para maior aprofundamento, ver Chauí (2000) e Martinez (2006).

Locke, o *Segundo Tratado sobre o Governo*, o qual enfatiza o contrato social que funda a sociedade civil; de Locke ainda temos a ênfase no respeito à propriedade privada; de Rousseau e seu *Do Contrato Social* temos a ênfase na vontade geral e da maioria.

No pensamento político de Hobbes e de Rousseau, a propriedade privada não é um direito natural, mas civil; ou seja, a propriedade privada é, portanto, um efeito do contrato social. Contudo, a burguesia precisava de uma teoria que lhe desse uma legitimidade maior do que o sangue e a hereditariedade davam à realeza e à nobreza na sociedade feudal. Essa teoria foi a da propriedade privada como direito natural, e sua primeira formulação coerente foi apresentada pelo filósofo inglês Locke, no final do século XVII e início do século XVIII. Assim, segundo Locke, Deus instituiu, no momento da criação do mundo e do homem, o direito à propriedade privada, como fruto legítimo do trabalho. Seguindo essa linha de raciocínio, a propriedade é de origem divina, portanto, é um direito natural (CHAUÍ, 2000).

Desse modo, a configuração do chamado Estado moderno vai embasar-se, fundamentalmente, no pressuposto de que todo ser humano tem como direitos naturais e inalienáveis o direito à vida, à liberdade e à propriedade. E cabe ao Estado, a partir da constituição de um governo aprovado pela maioria, assegurar tais direitos. Nessa concepção, o indivíduo precede ao Estado, e cabe a este somente assegurar o livre desenvolvimento daquele que, com esforço e trabalho, poderá tornar-se proprietário.

Entre os pressupostos gerais que embasam a construção desse Estado temos, portanto, a liberdade, o individualismo e a propriedade privada. Tais pressupostos mostram os limites do Estado moderno burguês, cuja ênfase se coloca na liberdade do indivíduo. No entanto, tal liberdade estará sempre condicionada pela propriedade: “o direito à propriedade é sagrado, condiciona a própria vida e a liberdade do indivíduo proprietário” (MARTINEZ, 2006, s/p).

Frente a todos esses pressupostos que se objetivam na sociedade capitalista¹³, o Estado moderno também se alicerça sobre o princípio da tolerância (primeiro religiosa, depois política). Assim, para fugir do domínio da Igreja, o Estado moderno adotou inicialmente o princípio da liberdade religiosa, que se baseia na liberdade de cada indivíduo professar sua fé. Tal princípio se desdobrou, com o tempo, na tolerância religiosa e na secularização da política, que demandou tempo para que se chegasse à aceitação de que os homens eram capazes de organizar a vida em sociedade a partir de princípios éticos laicos (MARTINEZ, 2006).

Como ensina Locke, a liberdade religiosa precedeu qualquer noção prática da liberdade, pois a liberdade de credo pressupõe a liberdade de pensamento e só depois a liberdade de expressão, de reunião, de associação, de participação política. O livre arbítrio denota a exteriorização da própria consciência, pois a ação

.....
¹³ A sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que defende uma sociedade livre e igual, cria continuamente uma sociedade na qual predomina a desigualdade e a não liberdade, uma vez que esta se encontra limitada/condicionada pela desigualdade existente. Ver a este respeito, entre outros, em Marx (1991).

¹⁴ É óbvio que a liberdade pregada por Locke encontra seus limites nos condicionamentos sociais.

política consciente é decorrente da livre formação do pensamento¹⁴. (MARTINEZ, 2006, s/p).

Assim, para evitar o retrocesso a um poder teocrático absoluto, o Estado moderno ocidental não pode se arvorar como detentor de uma religião oficial. Nesse sentido, o Estado deve ser ateu, independentemente do que o próprio governante professe. Dito de outra forma, o governante e todos os súditos podem ter a religião que desejarem. Contudo, o Estado não pode ser utilizado para propagar ou defender uma religião ou crença específica, uma vez que a religião se torna, nessa perspectiva, questão de foro privado.

Dessa forma, recuperamos o pensamento marxiano acerca da política e suas formulações que sugerem que o Estado, na sociedade burguesa, é um instrumento da classe dominante, funcionando como aparelho de sustentação e reprodução da dominação. Porém, o próprio Marx ressalta a importância do Estado laico, ao resgatar o significado da liberdade, considerando sua contraposição a um Estado religioso (FERNANDES, 2008).

Ao mesmo tempo em que defende um Estado laico, Marx mostra suas limitações, uma vez que a plena liberdade não se dá em um Estado livre de religião oficial, mesmo considerando o aspecto avançado de tal conquista. O autor aponta os limites de tal Estado, pois, para ele, a efetivação de uma sociedade emancipada está além de conquistas políticas no interior da sociedade burguesa, ou seja, “[...] a emancipação política não implica em emancipação humana” (1991, p. 27) e ele considera que a humanidade deve buscar a emancipação humana total. Desse modo, para Marx, “o homem não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da indústria, obteve a liberdade industrial” (1991, p. 50).

Assim, o Estado laico é uma conquista moderna que não pode advogar e defender valores religiosos, mas deve defender os direitos de todos os cidadãos, inclusive dos homossexuais, sejam estes ateus ou religiosos.

Resta ainda uma questão: se o Estado é laico e deve fazer a vontade da maioria, como agir se a maioria da população for religiosa e desejar ser regida por leis que adotem valores religiosos em suas bases? Ora, o próprio Rousseau, árduo defensor da vontade da maioria, previu que a vontade da maioria podia se degenerar em tirania. Por isso defende que a maioria não pode decidir pela supressão dos direitos das minorias (MARTINEZ, 2006).

Nesse sentido, concordamos com a posição de Rousseau e defendemos que as críticas que fazemos à sociedade capitalista se referem à questão da desigualdade que impede a efetiva igualdade e o próprio respeito à diversidade, e não podem nem devem dar-se no sentido de crítica a conquistas históricas dos seres humanos em seu processo de luta e construção de direitos. Nesse processo, a laicidade do Estado e a liberdade são conquistas humanas fundamentais:

É um fato absolutamente incontestável que sem liberdade ilimitada de imprensa, sem completa liberdade de reunião e de associação, é inconcebível a dominação das grandes massas.

[...] Liberdade somente para os partidários do governo, para os membros do partido, por numerosos que sejam, não é liberdade. Liberdade é sempre liberdade de quem pensa diferente. [...] Jamais fomos idólatras da democracia formal, mas isso quer dizer apenas o seguinte: sempre distinguiremos entre o núcleo duro de desigualdade e servidão recoberto pelo suave invólucro da igualdade e liberdade formais, mas não para rejeitá-las, e sim para incitar a classe operária a não se contentar com elas e a tomar o poder político, a fim de preencher esse invólucro com um conteúdo social novo (LUXEMBURGO, 2009, p. 23-24; 27).

Desse modo, como já assinalamos, o Estado laico é uma destas conquistas que busca assegurar que possamos respeitar e tratar igualmente os diferentes de nós. O respeito ao direito do outro de ser diferente e ter seus direitos reconhecidos nesta diferença nos leva a lembrar que o outro é sempre alguém diferente em qualquer aspecto, pois nenhum de nós é igual ao outro. Mesmo se no processo de construção da identidade nos espelhamos em outros semelhantes a nós, cada um de nós sempre é diferente, sempre tem suas características de singularidade, mesmo em relação a seus pares. Assim, uma das características que torna o ser humano rico e plural é a diversidade, ou seja, a capacidade que os seres humanos têm de serem diferentes entre si, apesar de parecidos. E o que o movimento LGBT reivindica atualmente é o direito de os homossexuais serem reconhecidos com todos os direitos que têm acompanhado aqueles que têm a orientação sexual heterossexual. Ou seja, direito a práticas afetivo-sexuais sem serem discriminados, direito à expressão do afeto, direito a políticas públicas que levem em conta as suas especificidades, direito à adoção, direito a constituir, se assim desejarem, uma família.

Acerca da estranheza que nos causa os seres humanos diferentes de nós, há uma história contada por Cortella (2007, p. 31-34) que pode nos ajudar a refletir sobre nossas diferenças e, ao mesmo tempo, nossa infinita proximidade com os outros seres humanos:

Certa vez, Laura, filha de Karl Marx, submeteu o grande pensador alemão a uma brincadeira divertida: responder a uma daquelas entrevistas-relâmpago (tornadas moda nas revistas e jornais do século seguinte ao deles) que, a pretexto de desnudar a intimidade de uma personalidade ou ídolo, perguntam qual a cor favorita, prato favorito, herói favorito etc. Depois de responder que a cor é a vermelha, o prato é o peixe e o herói é Spartacus, aparece entre os quesitos (registrados em um bem preservado manuscrito em idioma inglês) aquele que indaga pela máxima favorita e Marx não titubeia: *Nihil humani a me alienum puto* (Nada do que é humano me é estranho), querendo afirmar sua convicção na ideia de fraternidade e humanidade coletiva.

A máxima preferida de Karl Marx é uma afirmação de um filósofo grego, Publíio Terêncio Afro, que afirma textualmente: “Sou humano, e nada que é humano

me é estranho". Acredito que há interpretações diversas para essa frase, mas todas são igualmente importantes e nos levam a refletir sobre o que temos de melhor como seres humanos: a fraternidade e a liberdade humanas.

A primeira interpretação da frase é ressaltada por Vasco Arruda, que diz que, enquanto seres humanos, somos todos muito semelhantes. Desse modo, tudo o que aconteça a qualquer pessoa, por mais distante ou estranha que ela seja para mim, deve ser sentido como se acontecesse comigo, pois estamos "irmanados pelo puro e simples fato de pertencermos à espécie humana. A consequência natural dessa conclusão é o despertar de uma compaixão natural por todas as pessoas" (ARRUDA, 2011, s/p).

Assim,

Ser humano é ser junto. É necessário negar a afirmação liberticida de que 'a minha liberdade acaba quando começa a do outro'. A minha liberdade acaba quando acaba a do outro; se algum humano ou humana não é livre, ninguém é livre. Se alguém não for livre da fome, ninguém é livre da fome. Se algum homem ou mulher não for livre da discriminação, ninguém é livre da discriminação. Se alguma criança não for livre da falta de escola, de família, de lazer, ninguém é livre (CORTELLA, 2007 apud RANGEL, 2011, p. 23).

Uma segunda interpretação possível da máxima preferida de Marx seria que, enquanto seres humanos, nada do que se referir ao *ser* dos outros seres humanos deveria parecer estranho a nós, pois uma característica básica do ser humano é ser diverso, diferente, livre, ser um ser que extrapola limites. Então, por que insistimos em guerrear contra o que temos de mais rico e maravilhoso?

Ao nível humano as coisas se tornam mais fantásticas ainda. [...] Isto não ocorre no nível biológico. Não há casos de revoluções entre colônias de samambaias, decididas a se transformarem em roseiras. Nem casos de girassóis que tivessem cometido suicídio. Os indivíduos, ao contrário, se caracterizam por este fato trágico e grandioso: sua decisão de serem diferentes do que são. Isto os torna dolorosamente e maravilhosamente particulares, neuróticos e sofredores, capazes de criar a arte, de amar, de se sacrificar, de fazerem revoluções e se entregarem às causas mais loucas, de cometerem suicídio (ALVES, 1987, p. 101-102).

Assim, o percurso feito por nós até agora nos fez ver que, em função da formação heteronormativa que recebemos, com ênfase na junção sexualidade/reprodução, temos dificuldade em distinguir os conceitos de identidade de gênero, identidade sexual e orientação sexual. Vimos que, em tal formação, predominam valores do imaginário judaico-ocidental-cristão, sob o qual se alicerçou a sociedade moderna ocidental.

Vimos também, contudo, que, mesmo do ponto de vista religioso judaico-cristão, o essencial é o amor e não a discussão sobre práticas afetivo-sexuais das pessoas. Tal postura é possível quando abandonamos a leitura literal dos livros sagrados, e utilizamos a leitura histórico-crítica. Por fim, ressaltamos a importância de defender, nesta conjuntura acirrada, o Estado laico e a defesa dos valores humanos emancipatórios, que consideram os seres humanos em sua diversidade e riqueza espiritual. Esperamos que tais reflexões nos ajudem a refletir sobre nossa humanidade diversa, plural e cheia de sentido.

Considerações finais

No atual momento histórico brasileiro, acirraram-se as disputas entre grupos LGBTs e grupos fundamentalistas cristãos. Os primeiros, defendendo o direito a serem reconhecidos como sujeitos de direitos, entre eles, o direito a constituir família, a expressar sua afetividade e a não serem discriminados em função de sua orientação sexual. Os segundos, ancorados em um discurso que tem a defesa da concepção legal de família como centro e se posicionam contra a inclusão de leis que assegurem direitos aos homossexuais.

Este artigo buscou, inicialmente, apresentar as discussões atuais acerca do processo de construção da identidade, e trazer as diversas nuances que se mesclam nesse processo: a percepção do sexo, do gênero e da orientação sexual dos sujeitos. Em um segundo momento, buscou resgatar os principais argumentos trazidos pelo discurso religioso heteronormativo e desconstruí-los, a partir de seu próprio ponto de vista. Em seguida, apresentou o processo de construção do Estado laico moderno, mostrando sua pertinência e atualidade frente à atual conjuntura de desrespeito à diversidade.

Por fim, mostrou que uma riqueza fundamental dos seres humanos é sua diversidade e que, por isso, tudo que se refere ao humano não deveria nos causar estranheza. Assim, encerramos com a máxima de Publio Terêncio Afro: “Sou humano, e nada que é humano me é estranho”, na esperança de que todos nós aprendamos a nos comprometer, já nesta sociedade, com a dignidade, a igualdade, a liberdade e a fraternidade entre os homens, e conscientes de que ainda há um longo caminho de lutas na busca por uma sociedade que possibilite a plena emancipação humana.

Referências bibliográficas

- ALVES, R. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ARRUDA, V. *O povo on line*. Disponível em: <<http://blog.opovo.com.br/sincronicidade/nada-do-que-e-humano-me-e-estranho/>>. Acesso em: 30 ago. 2011.
- BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* (trad. Carlos Felipe Moisés & Ana Maria L. Ioriatti). São Paulo: Companhia de Letras, 1986.
- BIBLIA. Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1991.
- BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.
- CHAUÍ, M. *Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CORTELLA, M.S. *Não nascemos prontos*. Provocações filosóficas. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- DEL PRIORE, M. *A Mulher na história do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as Representações Sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). *Textos em Representações sociais*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ELIADE, M. *O Sagrado e o profano: a essência das religiões* (trad. Rogério Fernandes). Lisboa: Livros do Brasil, 1956.
- FERNANDES, J.A.C. Uma leitura da concepção de filosofia política em Karl Marx. *Espaço acadêmico*, n. 86, Ano VIII, jul. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/086/86fernandes.htm>>. Acesso em: 08 set. 2011.
- FONSECA, P.E.B. Qual a melhor religião? *Semanário da Zona Norte*. São Paulo. Maio 2011. Disponível em: <<http://www.semanariodazonanorte.com.br/exibenotici.a.asp?idnews=3143>>. Acesso em: 05 set. 2011.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. (trad. Maria T. C. Albuquerque; Rev. técnica José A. G. Albuquerque). Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- GEBARA, I. Teologia feminista. In: BEOZZO, J.O. (Org.). *Curso de verão: Ano V*. São Paulo: Paulinas, 1991. (Coleção Teologia Popular).
- GOMÁRIZ, E. Los Estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. *Fin de Siglo: género y cambio civilizatório*. Santiago: Ediciones de las Mujeres/ Isis Internacional, nº. 17. 1992.
- GROSSI, M. *Identidade de gênero e sexualidade*. s/d. Disponível em: <http://www.miriamgrossi.cfh.prof.ufsc.br/pdf/identidade_genero_revisado.pdf>. Acesso em 29 ago. 2011.
- HELMINIAK, D.A. *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*. São Paulo: Summus/Edições GLS, 1998. Disponível em: <<http://www.amalgama.blog.br/02/2009/o-que-a-biblia-realmente-diz-sobre-a-homossexualidade/>>. Acesso em: 01 set. 2011.

IGREJA PROGRESSISTA DE CRISTO TODOS DE JESUS. s/d. Disponível em: <<http://www.todosdejesus.fr.gd/B%EDbilia-e-Sexualidade.htm>>; <<http://www.todosdejesus.fr.gd/Romanos-1-simplificado.htm>>; <<http://www.todosdejesus.fr.gd/Sodoma-e-Gomorra.htm>>. Acesso em: 01 e 02 set. 2011.

LIPIANSKY, E.M. *Identité e communication : l'expérience groupale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

LUXEMBURGO, R. A revolução russa (1918). *Revista Socialismo e Liberdade*. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos, n. 2, agosto 2009. Disponível em: <http://www.socialismo.org.br/portal/images/stories/documentos/revista2/A_Revoluo_Russa.pdf>. Acesso em: 09 set. 2011.

MARTINEZ, V.C. Estado Liberal. *Jus navigandi*. Teresina, ano 11, n. 1276, dez. 2006. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/9335/estado-liberal>>. Acesso em: 08 ago. 2011.

MARX, K. *A questão judaica*. 2ª. ed., São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

ORTEGA, O. Mulher e teologia numa perspectiva latino-americana. *Cadernos do CEAS*. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), n. 135, set/out/1985.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

TOSCANO, M.; GOLDENBERG, M. *A Revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

RANGEL, M. (Org.). *Diversidade, diferença e multiculturalismo*. Niterói: Intertexto, 2011.

WEBER, M. *Ciência e política: Duas vocações* (trad. L.Hegenberg & O.S. da Mota). 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Cultrix, 1983.

WILKIPÉDIA. Homossexualidade no mundo animal. s/d. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Homossexualidade_no_reino_animal>. Acesso em: 03 set. 2011.

Recebido em 19 de setembro de 2011

Aceito para publicação em 15 de dezembro de 2011